



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Reguffe, candidato à Presidência

Foi oficializada ontem a federação Solidariedade/PRD. Os dois partidos vão juntos para a eleição de 2026. O objetivo é oferecer ao país uma alternativa de centro, longe de extremos e da atual polarização. No DF, será liderada pelo ex-senador José Antonio Reguffe. Uma ala com membros das direções nacionais dos dois partidos está defendendo a candidatura do ex-senador Reguffe à presidência da República. Consideram que hoje, com a internet, uma pessoa fica conhecida de forma rápida do ponto de vista nacional e que Reguffe cumpriria um papel importante de oferecer ao país uma alternativa moderada e com grande preocupação com uma moderna e eficiente gestão pública.

Barbara Cabral/Esp.CB/DA.Press



Deferência

No lançamento da federação nacional, Reguffe foi tratado com deferência e foi convidado para abrir o evento. E fez um ensaio de discurso de candidato: "O centro democrático, não fisiológico, precisa estar representado no tabuleiro político. É preciso oferecer ao país uma alternativa de projeto de desenvolvimento com visão de longo prazo. Quando se vê o que a Coreia, Cingapura e os Tigres Asiáticos fizeram de investimento em educação e o posterior crescimento econômico que tiveram, vemos que o Brasil só perde oportunidades. A federação precisa oferecer ao país uma alternativa que represente uma visão de gestão pública mais moderna e eficiente".

Rômulo Serpa/Agência CNU



Decisão fica com o plenário do CNJ

É possível que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) acate a decisão do presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Luis Roberto Barroso, e do corregedor nacional de Justiça, Mauro Campbell Marques, mas não desista da decisão tomada nesta semana que levou à promoção do desembargador Demetrius Cavalcanti. Barroso e Campbell determinaram a suspensão da promoção. O TJDFT mantém a questão congelada até uma deliberação do plenário do CNJ. Se a posição do presidente e do corregedor prevalecer, o tribunal realiza nova eleição de lista tríplice apenas com nomes femininos. Se prevalecer o entendimento majoritário do TJDFT, o juiz de segundo grau Demetrius Cavalcanti será o novo desembargador.

TRE/Divulgação



Promoção certa

Para o juiz Demetrius Cavalcanti, a promoção é certa. Se o magistrado não virar desembargador pelo critério do merecimento agora, a ascensão virá pela antiguidade com a abertura da vaga do desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira, nesta semana.

Grande repercussão

O telefone da juíza Renata Gil, conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), não para de tocar e de receber mensagens desde a última terça-feira, quando o Pleno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios discutiu a promoção e o cumprimento ou não de sua orientação para que a lista de candidatas fosse exclusivamente feminina. A repercussão foi imensa.

Emoção

Decano do TJDFT, o desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira poderia ter proferido seu último voto na questão da polêmica promoção. Mas ele disse aos colegas que já era um dia de muita emoção na despedida.

Divergência jurídica

O presidente do CNJ e do STF, Luis Roberto Barroso, preferiu tratar a questão da promoção no TJDFT como uma divergência de interpretação jurídica. Não como uma violação da resolução do CNJ sobre paridade de gênero.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

SERVIÇO PÚBLICO

Reajuste será pago em agosto

A última parcela dos 18% irá entrar na folha de julho. Ontem, o GDF contingenciou R\$ 1 bilhão e suspendeu a nomeação de servidores efetivos

» ARTHUR DE SOUZA

Os servidores do Governo do Distrito Federal (GDF) irão receber a última parcela dos 18% de reajuste, anunciado em 2023. De acordo com a Secretaria de Economia (SEEC), o valor será implementado na folha salarial de julho, que será paga em agosto.

Por meio de nota, a pasta informou que o salário reajustado será depositado nas contas do funcionalismo até o quinto dia útil, conforme previsão orçamentária de cada órgão. "Cerca de 220 mil servidores ativos e inativos serão beneficiados com a medida", ressaltou a Secretaria de Economia. A primeira parcela do valor foi paga em 2023 e a segunda, no ano passado.

No mesmo dia, o governador Ibaneis Rocha (MDB), anunciou medidas de racionalização de despesas públicas, em um decreto que prevê o contingenciamento de R\$ 1 bilhão. O documento foi publicado em edição extra do *Diário Oficial (DODF)*, na noite de ontem.

O decreto também suspende: a nomeação de servidores para cargos efetivos; reestruturação de carreiras e a criação de novos cargos ou funções; a concessão de reajustes, aumentos ou quaisquer acréscimos remuneratórios, a qualquer título; a autorização para realização de serviços extraordinários e pagamento de horas extras; e a autorização de viagens, bem como a concessão de diárias e passagens. Ficam de fora o que foi aprovado por lei ou autorização antes da publicação do decreto.

Ainda de acordo com o documento, os titulares dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, inclusive da Empresas Estatais dependentes do Tesouro Distrital ficam obrigados a promover, de forma imediata, a renegociação de todos os contratos administrativos, com a finalidade de obter a redução mínima de 5% sobre o valor total atualizado.

Cortes

Procurado pela reportagem, o governador Ibaneis Rocha

Ed Alves/CB



Cerca de 220 mil servidores ativos e inativos serão beneficiados com o aumento nos salários

disse que a intenção é organizar as finanças para manter os investimentos. "Quero deixar o governo com todas as contas em dia, sem dívidas", pontuou. Segundo o chefe do Executivo local, "muitos querem fazer tudo" quando chega no final do governo. "Só podemos fazer aquilo que nosso orçamento suporta. Governar é escolher prioridades", avaliou.

Apesar do contingenciamento, Ibaneis garantiu que as nomeações de policiais e professores, prometidas recentemente, não serão afetadas. "Esses recursos estão assegurados pelo Fundo Constitucional. Mas, tanto as forças de segurança quanto a educação, têm que manter as contas ajustadas para não avançar sobre o orçamento reservado para as nomeações",

alertou o governador.

O secretário de Economia, Ney Ferraz, disse ao *Correio* que a racionalização foi pensada para viabilizar os ajustes necessários ao longo dos próximos meses. "É uma ação responsável que assegura o equilíbrio das contas públicas até o fim do ano. No entanto, continuaremos analisando, caso a caso, as demandas de cada unidade. Não

vamos deixar de prestar serviços, queremos apenas garantir a qualidade dos gastos", analisou.

De acordo com o decreto, a maior fatia da racionalização está no Fundo de Saúde do DF (R\$ 415,9 milhões). Em seguida, aparecem as secretarias de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda (R\$ 65,8 milhões), de Comunicação (R\$ 63,7 milhões) e de Cultura e Economia Criativa (R\$ 53,1 milhões).

LDO aprovada

A Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2026. A proposta prevê uma receita total de R\$ 71,7 bilhões para o próximo ano e abre espaço para a convocação de 29.676 novos servidores públicos em diversas carreiras do GDF. O projeto foi votado na noite de quarta-feira.

O valor representa um crescimento de 7,6% em relação ao orçamento de 2025. Do total previsto, R\$ 27,7 bilhões virão do Fundo Constitucional (FCDF), instrumento que financia áreas-chaves, como segurança, saúde e educação na capital. Segundo a proposta, os recursos do FCDF terão destinação definida: R\$ 12,7 bilhões serão aplicados na Segurança Pública; R\$ 9 bilhões para a Saúde; e R\$ 6 bilhões serão destinados à Educação.